14:40 70%

Radicais previam 'apoio de CACs' em golpe, diz Cid

Em depoimento, ex-ajudante de ordens relatou a existência de núcleo que esperava o apoio de colecionadores e atiradores após as eleições; segundo ele, ex-presidente pressionava aliados para identificar suposta fraude nas urnas, jamais comprovada

SARAH TEÓFILO
sarah.teofilo@bsb.oglobo.com.br
@sarahtea

O tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL), afirmou em depoimento à Polícia Federal que havia no entorno do ex-presidente um grupo de aliados "radicais" favorável a "um braço armado" no plano golpista. Segundo o relato do militar, após o ex-presidente decidir reverter o resultado das eleições em 2022, haveria o apoio de Colecionadores, Atiradores e Caçadores (CACs).

Em depoimento, Cid disse que os radicais "gostariam de alguma forma incentivar um golpe de estado" e "queria que ele (Bolsonaro) assinasse o decreto"; pois "acreditavam que quando o presidente desse a ordem, ele teria o apoio do povo e dos CACs". O militar firmou uma delação premiada, já homologada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Cid não especificou neste trecho da delação quem integrava o que ele intitula como "radicais", que defendia uma ação militar.

O governo de Jair Bolsonaro concedeu em média 691 registros de novas armas por dia para CACs entre 2019 e 2022, conforme mostrou levantamento feito pelo g1. Ao todo, foram concedidos 904.858 registros para aquisição de armas ao longo de quatro anos, sendo 47% desse total liberados em 2022, de acordo com dados do Exército obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação.

Cid também relatou aos investigadores que o grupo radical no entorno de Bolsonaro queria que o ex-presidente assinasse o decreto golpista com base em uma interpretação distorcida do artigo 142 da Constituição Federal, que trata do papel das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem. O tema já havia sido decidido pelo STF, que descartou a hipótese de o poder civil se submeter ao militar.

FRAUDE NAS URNAS

Ainda em depoimento à PF, Cid contou que o ex-presidente pressionava aliados para uma identificação de suposta fraude nas urnas, uma especulação que foi descartada por diversas instituições e pelas próprias Forças Armadas durante o processo eleitoral. "Jair Bolsonaro queria uma atuação mais contundente do general Paulo Sérgio em relação à Comissão de Transparência das Eleições montada pelo Ministério da Defesa", afirmou o ex-ajudante.

A PF afirma que, de acordo com o material analisado, havia duas frentes de atuação: uma mais conservadora, que agia para desacreditar as urnas eletrônicas e o processo eleitoral, e uma segunda, que defendia ações "que resultariam em uma ruptura do Estado Democrático de Direito por meio de decretação de Estado de Defesa", diz trecho do relatório da investigação.

Segundo o militar, além de Eduardo Pazuello e Paulo Sérgio, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, e o major da reserva do Exército Angelo Martins Denicoli também apoiavam Bolsonaro na investida contra as urnas. "O grupo tentava encontrar algum elemento concreto de fraude, mas a maioria era explicada por questões estatísticas; que o grupo não identificou nenhuma fraude", disse Cid à PF.

Procurada, a assessoria de Pazuello afirmou que o deputado decidiu não se manifestar. Já a assessoria de Valdemar disse só vai se posicionar nos autos. A defesa de Paulo Sérgio esclareceu que o ex-ministro "sempre agiu corretamente, é inocente e confia na Justiça". A de Bolsonaro não respondeu.

ISAC MARQUES/AGÊNCIA FOLHA/G1-GT-NEO

Depoimento. O ex-ajudante de ordens de Mauro Cid disse que radicais queriam decreto golpista assinado por Bolsonaro

Bolsonaro deve ficar em silêncio em depoimento

> Após o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), manter o depoimento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) marcado para amanhã, a defesa de Bolsonaro afirmou à Corte e à Polícia Federal (PF) que ele permanecerá em silêncio e solicitou que seja dispensado de comparecer, o que Moraes negou novamente.

> "Uma vez que o peticionário fará uso do direito ao silêncio nos termos da presente manifestação, requer seja dispensado do comparecimento pessoal", afirmaram os advogados do ex-presidente.

> A petição é endereçada ao delegado da PF Fabio Alvarez Shor, responsável pela investigação, mas também foi protocolada no STF.

> Bolsonaro foi intimado pela PF a prestar depoimento sobre um suposto plano de golpe de Estado. Segundo investigações, o ex-presidente teria recebido, analisado e alterado uma minuta de decreto golpista, em dezembro de 2022. Na segunda-feira, a defesa do ex-presidente afirmou que ele não iria prestar depoimento enquanto não tivesse acesso ao conteúdo de celulares apreendidos e solicitou acesso à delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid. Em resposta, Moraes manteve o depoimento. Outras 10 pessoas foram intimadas.

'Levo McDonald's para você na cadeia', disse coronel a ex-ajudante

Em conversa apreendida pela PF, investigado ironizou risco de Cid ser preso

A possibilidade de prisão do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL), chegou a ser ironizada pelo coronel da ativa Romão Corrêa Netto, um dos investigados na apuração sobre tentativa de golpe de Estado. E o que revela uma conversa apreendida pela Polícia Federal e incluída em trecho do inquérito no qual, segundo a polícia, "militares revelam a ciência da inexistência de fraudes" nas eleições.

"Sou eu que vou levar McDonald's pra você na cadeia", escreveu Corrêa Netto para Cid, em novembro de 2022.

Em resposta à ironia do colega de farda, Cid ri e informa: "Estou no STF (Supremo Tribunal Federal)". Corrêa então escreve: "Eu hein!".

Procurada, a defesa de Cid disse que a informação não é relevante e que não iria comentar. O GLOBO não conseguiu contato com a defesa de Corrêa Netto.

O então ajudante de ordens acompanhava Bolsonaro em uma visita institucional aos ministros da Corte, dois dias após o segundo turno. Na ocasião, o ex-presidente resistia e dar qualquer declaração admitindo a derrota eleitoral.

HOMEM DE CONFIANÇA

Na época, Corrêa Netto era assistente do Comando Militar do Sul. Ele é apontado como homem de confiança de Cid, responsável, segundo a PF, por executar tarefas fora do Palácio do Planalto que o então ajudante de ordens não conseguiria desempenhar "por razão do seu ofício".

O ex-ajudante de ordens foi preso em maio do ano passado após ser alvo de uma operação da PF que apura a inserção de dados falsos de vacinação no sistema do Ministério da Saúde. Ele deixou a prisão em setembro, após firmar um acordo de delação premiada com a Polícia Federal, homologado pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal.

O coronel, por sua vez, foi preso na semana passada após ser alvo da Operação Tempus Veritas, da PF, que suspeita de que uma organização criminosa atuou na tentativa de um golpe de Estado. No dia da ação policial, o militar estava nos Estados Unidos fazendo um curso e foi trazido ao Brasil escoltado pelo Exército.

No diálogo, Corrêa Neto também pergunta ao então auxiliar de Bolsonaro se havia alguma evolução que o deixasse "otimista", referindo-se a informações sobre suposta fraude eleitoral, que era buscada pelo grupo, sem sucesso, segundo a investigação da PF. "Até agora... nada. Nenhuma bala de prata... Por mais que tudo pareça", responde Cid.

Um diálogo também citado pela PF é do coronel do Exército Sergio Ricardo Cavaliere com Cid, no qual ele diz ao ex-ajudante de ordens: "Espero, sinceramente, que vocês saibam o que estão fazendo". Cid responde: "Eu também. Senão estou preso". (*Sarah Teófilo*)

REPRODUÇÃO

Delivery. Romão Corrêa Netto ironizou prisão de Cid: entrega de sanduíche

Toffoli tira diálogo com advogado de inquérito de Moraes

Ministro do STF acatou argumento da defesa da família acusada de agressão e da OAB, que alegaram 'exercício do direito de defesa'

PAOLLA SERRA
paolla.serra@oglobo.com.br
@paollaa

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a retirada de conversas por mensagens entre um advogado e investigados no inquérito sobre supostas agressões ao também ministro da Corte Alexandre de Moraes. As transcrições e os *prints* dos diálogos constam no relatório final elaborado pela Polícia Federal (PF).

Com a decisão, Dias Toffoli acatou os argumentos apresentados pelo advogado Ralph Tórtima Filho e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no sentido de que comunicações travadas entre defesa e clientes "encontram-se no âmbito do exercício do direito de defesa".

"É assente na jurisprudência desta Suprema Corte a inviolabilidade do sigilo entre o advogado e seu cliente, salvo quando revelarem indícios de prática criminosa, o que não se constata nos autos", escreveu o ministro do STF.

Tórtima Filho representa o empresário Roberto Mantovani Filho e seus parentes, alvos do inquérito da PF por uma confusão envolvendo Alexandre de Moraes e sua família no aeroporto de Roma, na Itália, em julho de 2023. De acordo com as investigações, "elementos informativos obtidos atestam, de modo suficiente", que o ministro foi alvo do crime de "injúria real".

POSSÍVEIS OFENSAS

No documento, a Polícia Federal explica que as imagens do sistema de segurança do aeroporto, por não terem áudio, além da impossibilidade de realizar leitura labial, não provam de maneira "cabal" que os envolvidos no episódio proferiram ofensas a Moraes ou a seus parentes e que "tampouco demonstram" ofensas que teriam sido feitas pelo filho do ministro do Supremo.

Por outro lado, os investigadores dizem que as imagens "mostram com clareza" o momento em que Mantovani se dirige "de modo incisivo" ao filho do ministro, "o atinge no rosto com a mão direita, causando o deslocamento dos óculos do atingido".

Ainda de acordo com a Polícia Federal, "observa-se também que, logo após tal contato físico, Alexandre Barci de Moraes revida, empurrando Roberto Mantovani Filho com o braço esquerdo. Em seguida, um homem se coloca entre ambos, apartando o conflito, e Alexandre Barci de Moraes é conduzido para dentro da sala VIP por sua irmã".

Para o delegado Hiroshi Sakaki, que conduziu a investigação, entretanto, não seria o caso de indiciamento do empresário pelo fato de se tratar de um crime de menor potencial ofensivo. O caso tramita no próprio STF, sob a relatoria de Toffoli, a quem caberá analisar as conclusões policiais.

Em depoimento prestado à PF, Moraes diz ter sido xingado de "bandido, comunista e comprado" por uma mulher identificada como Andreia Munarão. Depois, o empresário Roberto Mantovani Filho, marido de Andreia, teria agredido fisicamente o filho do ministro com um tapa. A família Mantovani nega as acusações.

GUSTAVO SOUTO/AGÊNCIA FOLHA/G1-GT-NEO

Decisão. Dias Toffoli, relator do caso, vai analisar as conclusões policiais